

“Negociação sem amadorismo”, espera Eris

por Maria Clara R. M. do Prado
de Washington

O relacionamento entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o governo brasileiro não mudou. As declarações do diretor-gerente da instituição, Michel Camdessus, sobre em que condições mandará a carta de intenções do Brasil ao “board” executivo — ontem, ele voltou a repetir pela manhã o que falara na quinta-feira, no sentido de que só vai enviar a carta ao “board” depois que constatar um encaminhamento das negociações entre o Brasil e os bancos para uma “conclusão satisfatória” — foram interpretadas pelo Brasil como um comportamento que não foge aos moldes tradicionais que têm marcado a posição da instituição.

“O senhor Camdessus só teve elogios para o plano econômico brasileiro no encontro com a ministra da Economia (Zélia Cardoso de Mello) no sábado, confirmando que o plano é bom o suficiente para merecer o apoio do FMI, mas ele também não pode virar as costas às questões de negociação do Brasil com os bancos, e sua postura precisa ser suficientemente flexível para deixar espaço ao gosto de todos”, avaliou ontem para este jornal o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, que acompanha a ministra da Economia nesta viagem, na qualidade de governador alternativo do Brasil junto ao FMI e ao Banco Mundial.

Ao reconhecer a posição de Camdessus em meio ao contexto da questão do acordo externo brasileiro — “É como se fôssemos começar a assistir a uma peça de três atos e os artistas se colocam no palco para iniciar os atos”, conforme procurou desenhar —, o presidente do Banco Central deixou claro também qual é o papel do Brasil na peça. “A questão da dívida não pode ser tratada com amadorismo; estamos lidando com profissionais e temos, nós também, de nos comportarmos como profissionais, usando de toda nossa inteligência e lógica em cima de uma base firme de realidade”, disse Eris, enfatizando que a convicção brasileira precisa ser forte o bastante a ponto de não deixar dúvidas de que os atrasados não podem ser tomados como “culpa” do Brasil.

CONTEXTO

“Não podemos tirar da cabeça a idéia de que do processo desta negociação (as conversas com os bancos começam formalmente

no dia 10 de outubro, em Nova York, e podem se prolongar pelos dias 11 e 12) não pode resultar no quadro existente antes de março deste ano, com um tremendo déficit fiscal, uma inflação na casa de 80% ao mês e uma economia em recessão”, colocou o presidente do Banco Central, atestando que é importante para o País encontrar com os bancos uma solução que seja definitiva no médio e longo prazo. Para isso, o País só deverá tratar a questão do pagamento atrasado dos juros, no valor que hoje está em torno de US\$ 8 bilhões, dentro do contexto da negociação.

O presidente do Banco Central, que tem acompanhado a ministra da Economia praticamente em todos os compromissos do FMI e do Banco Mundial, aproveitou ontem as duas oportunidades que teve para reafirmar a postura brasileira, procurando afastar qualquer suspeita quanto ao encaminhamento da estratégia de negociação. Pela manhã, foi nitidamente claro ao falar para uma platéia de representantes de bancos e empresários estrangeiros, em seminário sobre economia brasileira, promovido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, em Washington: “É desejo do presidente Collor que, na década de 90, o País cresça com melhoria social e, para isto, a pressão inflacionária que decorre dos pagamentos externos deve ser eliminada”.

Ao meio-dia, Eris falou para um grupo mais fechado e selecionado de pessoas, no âmbito do G-10 (que engloba os dez países mais desenvolvidos). O encontro foi articulado pelo ex-diretor-gerente do FMI e atual governador do Banco da França (banco central francês), Jacques de Larosière, que reuniu na mesma sala os governadores dos bancos centrais da Itália, da Suécia, da Inglaterra, do Canadá e representantes dos bancos centrais dos Estados Unidos e do Japão, para ouvirem o presidente do Banco Central (BC) do Brasil falar sobre o programa econômico do País, sobre política monetária, sobre o esforço fiscal e, principalmente, sobre a capacidade de pagamento externo, na medida em que 90% do estoque da dívida externa brasileira está hoje na mão do setor público.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

O conceito novo da capacidade de pagamento que o



Ibrahim Eris

governo introduziu na questão do acordo externo é justamente o ponto que tem exigido dedicação especial por parte da equipe econômica, nos encontros ocorridos com autoridades de outros países em Washington. Todos, sem exceção, demonstram a entender que o setor público precisa gerar cruzeiros para poder comprar os dólares necessários para o pagamento da dívida externa.

“É, de fato, uma confusão que tem sido feita, porque as pessoas tendem a imaginar que o País pode pagar só porque as reservas internacionais cresceram”, comentou Eris a este jornal. Já no seminário promovido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, o presidente do BC procurou colocar os números na mesa de maneira objetiva, como é do seu feitio. O Brasil tinha em reservas, pelo conceito de caixa do BC, cerca de US\$ 5,5 bilhões em março, além de pagamentos de financiamentos a importação em atraso da ordem de US\$ 850 milhões e mais US\$ 2 bilhões de remessas de lu-

cros e dividendos ao exterior que estavam bloqueadas em depósito no BC. Isso, em uma conta rápida, mostra que na verdade o potencial de reserva do País era de pouco mais de US\$ 2,5 bilhões, sem contar aqui os atrasados dos juros com os bancos credores privados nem os atrasados devidos ao Clube de Paris. O nível das reservas em caixa hoje, segundo Eris, colocou para os empresá-

rios que o ouviam no seminário, está “algo abaixo de quatro meses de importação”.

Eris procurou fazer ver os presentes que a batalha contra a inflação não pode ser dada como totalmente ganha, indicando que o processo de indexação informal ainda existente na economia brasileira é responsável pela persistência da inflação na faixa entre 10 e 12%. “Os resultados ainda

deixam a desejar porque o ideal é termos inflação de um dígito para o ano e não para o mês”, atestou ele, deixando registrada uma importante assertiva: “Até o final do ano, teremos taxa de inflação em declínio no Brasil”. Eris informou que a equipe econômica do governo está “determinada a praticar preços públicos realistas que serão repassados para bens e serviços ofertados na economia”.